

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE SERGIPE - CAU SE

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Sergipe - CAU/SE foi criado conforme Lei n.º 12.378 de 31 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em edição extra do dia 31/12/2010, tendo como atividades principais o registro e a fiscalização do exercício profissional dos Arquitetos e Urbanistas no Estado de Sergipe. A natureza jurídica do CAU/SE é de Autarquia Federal.

Os principais normativos aplicados no exercício das atividades principais do CAU/SE são as Resoluções CAU/BR n.º 52 de 06/09/2013, que aprova o Código de Ética; n.º 18 e 63 sobre registros profissionais; e n.º 34 e 58 que dispõe sobre os processos éticos disciplinares e O Regimento Interno do CAU/SE.

2. Principais Diretrizes Contábeis

A partir de 01/01/2012, a Contabilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Sergipe – CAU SE foi elaborada de acordo com as normas do CFC e da STN, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

3.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC T 16.1 a 16.10.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

3.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Sergipe não se utiliza de estimativas e julgamentos em suas demonstrações contábeis, por entender que as mesmas não se aplicam as demonstrações contábeis, realizadas de acordo com a Lei nº 4.320/64.

4. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Sergipe – CAU SE, representando, portanto, uma posição estática.

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

4.1 – Ativo Circulante

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

a) Caixas e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/16 no valor de **R\$ 367.644,12** (trezentos e sessenta e sete mil seiscentos e quarenta e quatro reais e doze centavos), se apresentam da seguinte forma:

a.1) Bancos c/ Movimento

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 0,00** (zero), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

a.2) Bancos c/ Arrecadação

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 0,00** (zero), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

a.3) Bancos c/ Aplicações Financeiras

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 367.644,12** (trezentos e sessenta e sete mil seiscentos e quarenta e quatro reais e doze centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

a.4) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	2016	2015	Varição
Bancos c/ Movimento	0,00	0,00	0,00
Bancos c/ Arrecadação	0,00	0,00	0,00
Bancos c/ Aplicações Financeiras	413.811,26	367.644,12	(46.167,14)
Total acumulado	413.811,26	367.644,12	(46.167,14)

Os recursos financeiros disponíveis estão aplicados a curto prazo no Banco do Brasil S/A.

b) Créditos a Curto Prazo

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizada de cada caso.

b.1) Créditos a Receber – Anuidades do Exercício – PF e PJ

- O valor de **R\$ 105.173,93** (cento e cinco mil cento e setenta e três reais e noventa e três centavos), refere-se aos valores a receber de anuidades do exercício relativo a PF e PJ, correspondente a 80% da anuidade, conforme relatórios emitidos pelo SICCAU e planilha encaminhada pelo CAU BR.

b.2) Créditos a Receber – Anuidades do Exercício Anterior – PF e PJ

- O valor de **R\$ 152.870,80** (cento e cinquenta e dois mil oitocentos e setenta reais e oitenta centavos), refere-se aos valores a receber de

anuidades do exercício anterior relativo a PF e PJ, correspondente a 80% da anuidade, conforme relatórios emitidos pelo SICCAU e planilha encaminhada pelo CAU BR.

b.3) Provisão para perda estimada de créditos – Anuidades de PF e PJ

- Não foi realizado a previsão de perdas para devedores duvidosos no exercício de 2016, relativo a anuidades de PF e PJ, uma vez que, ainda não foi possível fazer uma avaliação da perda dos créditos nos últimos 05 (cinco) exercícios. Está em estudo pelo CAU-BR a normatização da provisão de perdas para créditos de liquidação duvidosa, que poderá ser implantada a partir do exercício de 2017.

c) Demais Créditos a Curto Prazo

c.1) Adiantamentos concedidos a pessoal

- Registra o valor a receber de **R\$ 3.473,58** (três mil quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos), referente a adiantamento de férias a funcionário, de competência janeiro/2017.

c.2) Tributos a Recuperar

- Registra o valor a recuperar de R\$ 650,62 (seiscentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos) referente a tributo federal retido de fornecedores, INSS, FGTS e ISS pagos em duplicidade ou a maior, abaixo discriminados:

1.1.3.2 - TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	650,62
1.1.3.2.1 - TRIBUTOS FEDERAIS	113,70
1.1.3.2.1.01 - Impostos Federais - IRPJ/CSLL/PIS/COFINS	51,70
1.1.3.2.1.02 - Impostos Federais PF_ IRRF	62,00
1.1.3.2.2 - INSS	168,20
1.1.3.2.2.01 - INSS a Restituir/Compensar	168,20
1.1.3.2.3 - TRIBUTOS MUNICIPAIS	179,12
1.1.3.2.3.01 - Iss	179,12
1.1.3.2.4 - FGTS	189,60
1.1.3.2.4.01 - FGTS a recuperar/compensar	189,60

c.3) Entidades Públicas Devedoras

- Registra o valor a receber do CAU/BR de R\$ 24.539,03 (vinte e quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e três centavos) referente a cota de dezembro/2016 do repasse do fundo de apoio e a cota parte de 20% dos valores de anuidades e taxas devolvidos aos profissionais.

c.4) Devedores da Entidade

- Registra o valor a receber de **R\$ 4.792,12** (quatro mil setecentos e noventa e dois reais e doze centavos), conforme demonstramos:

1.1.3.8.1 - DEVEDORES DA ENTIDADE	4.792,12
1.1.3.8.1.02 - Caixa Econômica Federal - FGTS pago maior	54,96
1.1.3.8.1.04 - Luiza Maria Tavares Félix	0,06
1.1.3.8.1.12 - Alexsandra Nascimento dos Santos	37,35
1.1.3.8.1.25 - Setta Serviços Especializados	639,36
1.1.3.8.1.26 - Cil Com. de Informatica	356,03
1.1.3.8.1.27 - Marlijane Doria Lopes de Oliveira	3.367,05
1.1.3.8.1.28 - Bone Serviços Ltda	30,95
1.1.3.8.1.32 - Maac Div Pers Pisos e Revestimentos Ltda	124,22
1.1.3.8.1.33 - Nordeste Refrigeração	45,26
1.1.3.8.1.34 - Pisolar Com.de Tintas Ltda	35,79
1.1.3.8.1.35 - Top vidros Ltda	38,03
1.1.3.8.1.37 - Industria Grafica Tribuna de Aracaju	41,58
1.1.3.8.1.40 - Veronica de Abreu Pinheiro Machado	21,48

4.2– Ativo Não Circulante

O Ativo não circulante é composto pelo Realizável a Longo Prazo e Imobilizado.

4.2.1 Realizável a Longo Prazo

O saldo de R\$ 8.183,06 (oito mil cento e oitenta e três e seis centavos) é referente ao depósito judicial do processo trabalhista n.º 0000322-15.205.5.20.0001, autor: Roberto Maia Fonseca de Jesus.

4.2.2 Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

A composição do Imobilizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia – CAU/BA em 31/12/2016 é de **R\$ 89.728,32** (oitenta e nove mil setecentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos), composto da seguinte forma:

	2015	AQUISIÇÕES	BAIXAS	2016
1.2.3 - IMOBILIZADO	70.189,52	19.538,80	0,00	89.728,32
1.2.3.1 - BENS MÓVEIS	70.189,52	19.538,80	0,00	89.728,32
1.2.3.1.1 - BENS MOVEIS	70.189,52	19.538,80	0,00	89.728,32
1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	36.359,26	3.135,00	0,00	39.494,26
1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	17.529,30	12.003,63	0,00	29.532,93
1.2.3.1.1.03 - Instalações	1.584,90	0,00	0,00	1.584,90
1.2.3.1.1.04 - Utensílios de Copa e Cozinha	1.020,00	0,00	0,00	1.020,00
1.2.3.1.1.06 - Equipamentos de Processamento de Dados	11.635,67	4.400,17	0,00	16.035,84
1.2.3.1.1.07 - Sistemas de Processamento de Dados	2.060,39	0,00	0,00	2.060,39

O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada.

Todos dos bens patrimoniais encontram-se registrados em sistema informatizado (SISPAT.NET).

A depreciação dos bens móveis foi calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens. As taxas anuais de depreciação são as seguintes:

Vida útil dos Bens

Discriminação do Bem	Vida útil
Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Veículos	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos

Taxas anuais de depreciação e valor residual

Discriminação do Bem	Taxa Depreciação	% Residual
Móveis e Utensílios	10%	10%
Máquinas e Equipamentos	10%	10%
Veículos	10%	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	10%

Os valores de depreciação registrados em 31/12/2016, estão assim discriminados:

Depreciação	R\$
Depreciação acumulada em 31/12/2015	20.573,11
Depreciação janeiro a dezembro de 2016	9.167,73
Depreciação acumulada em 31/12/2016	29.740,84

O Conselho adotou as normas do MCASP no exercício. Em 2016 foi registrada a depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2016.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo – O CAU BR não baixou nenhuma Resolução específica sobre a vida útil econômica de um ativo, por entender que todos os bens móveis dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo tem menos de 05 (cinco) anos de uso. No entanto, fez um apanhado da vida útil utilizada por outros Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional (CRC, CFM), que serviram como parâmetro para utilização pelos CAUs UFs.

A contabilização foi realizada conforme orientações no Manual de Procedimentos Contábeis Específicos, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

5. Passivo Circulante

O passivo a curto prazo está demonstrado no balanço patrimonial como circulante.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

a) Restos a Pagar Processado

- O valor escriturado em Restos a Pagar Processado em 31/12/2016 é de **R\$ 19.835,49** (dezenove mil oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

b) Obrigações de Repartições a Outros Entes

- O valor registrado na contabilidade na conta de Obrigações de Repartições a Outros Entes em 31/12/2016 é de **R\$ 93,87** (noventa e três reais e oitenta e sete centavos), discriminado da seguinte forma:

b.1) Cota Parte do CAU-BR – Refere-se a saldo de cota parte a repassar ao CAU BR, relativo a crédito efetuado na conta o CAU SE sem o devido compartilhamento da cota parte, no valor de **R\$ 93,87** (noventa e três reais e oitenta e sete centavos);

c) Provisões de Férias, INSS, FGTS e PIS

- Está registrado na contabilidade na conta de Provisões em 31/12/2016, o valor de **R\$ 26.802,79** (vinte e seis mil oitocentos e dois reais e setenta e nove centavos), cuja composição é a seguinte:

Férias	R\$	20.460,15
INSS	R\$	4.501,23
FGTS	R\$	1.636,81
PIS s/ Folha de Pagamento	R\$	204,60
Total de provisões em 31/12/2016	R\$	26.802,79

Observação:

- a) O procedimento de provisão de férias, INSS, FGTS e PIS s/ folha de pagamento é realizado apenas pelo Sistema Patrimonial, conforme manual de orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
- b) O procedimento de provisão começou a ser adotado a partir do exercício de 2014.

d) Consignações

O valor registrado na contabilidade na conta de Consignações em 31/12/2016 é de **R\$ 909,55** (novecentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos). As consignações referem-se à retenção de ISS e Tributos Federais Retidos sobre pagamentos a fornecedores e Contribuição Sindical retida sobre a folha de pagamento.

e) Outros Valores Restituíveis

O valor registrado na contabilidade na conta de Outros Valores Restituíveis em 31/12/2016 é de **R\$ 10,26** (dez reais e vinte e seis centavos). Este valor é referente a reembolso a maior recebido pelo CAU/SE.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

Não houve nenhuma provisão de perdas para riscos cíveis e ou trabalhistas, conforme informado pela Assessoria Jurídica do CAU/SE.

6. Passivo Não Circulante

6.1 – Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente. Até o Exercício de 2016, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Sergipe – CAU/SE apresentou um **Superávit Acumulado** no valor de **R\$ 679.671,38** (seiscentos e setenta e nove mil seiscentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos).

O Patrimônio Líquido teve um acréscimo de R\$ 276.076,19 (duzentos e setenta e seis mil setenta e seis reais e dezenove centavos), correspondente a 68,40% em relação ao resultado acumulado do exercício de 2015.

6.2 – Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Sergipe – CAU/SE apresentou no exercício de 2016 um **Superávit Patrimonial** no valor de **R\$ 276.091,19** (duzentos e setenta e seis mil setenta e seis reais e dezenove centavos). A composição do Superávit Patrimonial em 2016 foi a seguinte:

Resultado Patrimonial 2016

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R\$ 1.293.334,27
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(R\$ 1.017.243,08)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/16	R\$ 276.091,19

O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2016 foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial. Porém, o resultado do exercício de 2016 foi impactado pelo reconhecimento do valor de **R\$ 152.870,80** (cento e cinquenta e dois mil oitocentos e setenta reais e oitenta centavos) de anuidades a receber PF e PJ dos exercícios de 2012 a 2015. Excluído este valor, o resultado ajustado do exercício de 2016 é no valor de **R\$ 123.220,39** (cento e vinte e três mil duzentos e vinte reais e trinta e nove centavos).

Resultado Patrimonial 2015

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R\$ 921.288,22
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	R\$ (894.121,37)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/15	R\$ 27.166,85

7. – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2016, conforme artigo 102 da Lei nº 4.320/64, foi um **déficit** de **R\$ 22.018,02** (vinte e dois mil e dezoito reais e dois centavos), conforme demonstramos:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO 2016

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/16	R\$ 1.013.272,41
b) (-) Crédito Empenhado Liquidado 31/12/16	(R\$ 1.034.920,43)
c) (-) Crédito Empenhado a Liquidar 31/12/16	(R\$ 370,00)
d) (=) Déficit Orçamentário apurado em 31/12/16	(R\$ 22.018,02)

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO 2015

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/15	R\$ 1.013.636,00
b) (-) Crédito Empenhado Liquidado até 31/12/15	(R\$ 875.291,58)
c) (-) Restos a Pagar Não Processado 31/12/15	(R\$ 0,00)
d) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/15	R\$ 138.344,42

7 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/16 é um **Superávit** no valor de **R\$ 319.622,16** (trezentos e dezenove mil seiscentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, conforme demonstramos:

RESULTADO FINANCEIRO 2016

a) Saldo Disponível apurado em 31/12/16	R\$ 367.644,12
b) (-) Passivo Financeiro em 31/12/16	R\$ (47.651,96)
c) (-) Restos a Pagar Não Processado em 31/12/16	R\$ (370,00)
d) (=) Superávit Financeiro em 31/12/16	R\$ 319.622,16

RESULTADO FINANCEIRO 2015

a) Saldo Disponível apurado em 31/12/15	R\$ 414.204,91
b) (-) Passivo Financeiro em 31/12/15	R\$ (28.875,15)
c) (=) Superávit Financeiro em 31/12/15	R\$ 385.329,76

9 – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, volume V, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extra orçamentários, dos desembolsos da despesa corrente, de Restos a Pagar Não Processados e dos desembolsos extra orçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2016 está assim demonstrada:

Ingressos

Receita Corrente	R\$ 1.013.272,41
Ingressos Extra Orçamentários	R\$ 831.956,65

Desembolsos

Crédito Empenhado Pago (Despesa Corrente) ..	R\$ 995.546,14
Desembolsos Extra Orçamentários	R\$ 876.311,26
Desembolsos Despesas de Capital (investimentos)	R\$ 19.538,80

Apuração do Fluxo de Caixa no Período ... (R\$ 46.167,14)

Houve um decréscimo no Resultado do Fluxo de Caixa Equivalentes no exercício de 2016, em relação ao exercício de 2015 no valor de **R\$ 46.167,14** (quarenta e seis mil cento e sessenta e sete reais e quatorze centavos).

10. Gestão de risco financeiro

10.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras do órgão são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com as normas internas do CAU-SE.

As aplicações, os resgates, os pagamentos são de responsabilidade dos ordenadores de despesas. Toda a movimentação financeira é realizada pelo Setor Financeiro após a autorização dos ordenadores de despesas.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito do CAU-SE está associado à inadimplência dos profissionais de arquitetura/urbanismo (PF/PJ) em relação às anuidades do exercício e de exercícios anteriores. Em relação as aplicações financeiras, os recursos estão aplicados a curto prazo em títulos do tesouro nacional, garantidos pelo Banco do Brasil S/A.

Para mitigar a inadimplência das anuidades de PF e PJ, o CAU-SE está implantando a cobrança através da dívida ativa.

b) Risco de mercado

Para o CAU-SE não existe o risco de mercado, em razão de que as aplicações financeiras são realizadas em rendas fixas, cujas alterações no decorrer do exercício são insignificantes.

c) Risco de Liquidez

Não existe risco de liquidez, uma vez que o CAU-SE não assumiu nenhum compromisso financeiro que não possa ser cumprido com os recursos financeiros disponíveis, além do controle de arrecadação e despesa mensalmente.

11. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Aracaju-SE, 10 de fevereiro de 2017.

Antonio Carlos Paim Cardoso Júnior
CRC BA nº 022118/O-5
Assessor Contábil do CAU/SE